

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

8 mar 2017 | O Globo

COMO A DECISÃO DO STF AFETA OUTROS CASOS DA LAVA-JATO?

MICHAEL MOHALLEM CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DA FGV DIREITO RIO

A decisão vai influenciar (em casos futuros), primeiro porque o Supremo mostra que esse argumento de alguns parlamentares, de tentar se imunizar simplesmente dizendo a doação que foi caixa 1, oficial, é incompleto. O recebimento da denúncia influencia outros juizes e o próprio Supremo, porque dizer que o dinheiro veio de caixa 1 não é suficiente. A decisão sobre o senador Valdir Raupp não é uma jurisprudência porque ainda não há uma decisão de absolvição ou condenação, mas é um indicativo. Ela não é irrelevante, cria uma referência importante em termos de critérios.

FRANCISCO ORTIGÃO PROFESSOR E COORDENADOR DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA UFRJ

A decisão influencia outros processos em andamento pelo país porque o Supremo manifestou o entendimento de que o recebimento de valores de propina configura o crime de corrupção passiva, e a ocultação, crime de lavagem de dinheiro. É uma decisão relevante que está confirmando um entendimento tido no julgamento do mensalão. A partir dali, o STF entendeu que se o agente político recebeu propina por meio de algum mecanismo que indique ocultação do valor, isso configura lavagem de dinheiro. Isso faz com que a pena seja agravada. Se é propina, não interessa se veio de caixa 1 ou não. Para o crime de lavagem, não interessa o meio pelo qual recebeu, mas se houve dissimulação do dinheiro.

ELOÍSA MACHADO PROFESSORA NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE DIREITO DA FGV SP

O recebimento da denúncia precisa apenas de indícios do crime e não é a antecipação de uma condenação. Mesmo assim, a decisão pode influenciar os demais casos do núcleo político da Lava-Jato que estão no Supremo Tribunal Federal (STF), já que admite que a doação eleitoral no caixa 1 pode configurar propina e se enquadraria no crime de corrupção passiva. Nesse caso, a prestação de contas na Justiça Eleitoral serve para ocultar a sua origem ilícita e configura o crime de lavagem de dinheiro. Esse é o centro da tese da Procuradoria-Geral da República. A aceitação da denúncia no caso do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) provavelmente indica que o STF também aceitará essa tese da PGR nos demais casos de políticos que vão ser analisados pela Corte nos próximos meses.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)